

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

*Camano*

**LEI MUNICIPAL Nº 892/2003, de 9 de junho de 2003.**

**Extingue cargo de Assessor Jurídico de provimento efetivo e cria cargo de provimento em comissão, no Quadro de Servidores da Câmara Municipal.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:**

Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica extinto o cargo de Assessor Jurídico, Nível VIII - A do Quadro de Servidores da Câmara Municipal constante no Anexo I da Resolução Nº 20/10L/91.

**Art. 2º** Fica criado o cargo de Assessor Jurídico, Padrão CCL 4, de provimento em comissão, no Quadro de Servidores da Câmara Municipal - Resolução Nº 20/10L/91.

**§ 1º** As especificações do cargo criado no *caput* do artigo contendo requisitos e forma de provimento são os que constam do Anexo que faz parte integrante desta Lei.

**§ 2º** O provimento do cargo dar-se-á por Ato do Presidente.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO,  
aos 9 (nove) dias do mês de junho do ano de 2003.

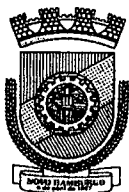
  
JOSE AIRTON DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

  
MARCOS ITAMAR NUNES DA ROCHA

Secretário de Administração



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

**Anexo**

**Lei Municipal nº 892/2003, de 9 de junho de 2003**

As especificações deste Anexo serão incluídas no Anexo II da Resolução Nº 20/10L/91

Cargo em comissão - Assessor Jurídico

Padrão CCL 4

Vencimento - Coeficiente: 11,00

Vagas - 1

Carga Horária - 40 horas semanais

**Síntese dos deveres:**

Prestar assistência jurídica ao Presidente, à Mesa, às comissões permanentes e temporárias, em problemas de ordem jurídica e outras matérias que interessam ao bom desempenho às atividades da Câmara. Emitir informações, pareceres e pronunciamentos. Representar a Câmara em juízo.

**Exemplo de atribuições:**

Atuar em qualquer fórum ou instância, em nome da Câmara, nos feitos em que ela seja autora, ré, assistente ou oponente; emitir pareceres aos projetos em tramitação, quando solicitado pelas comissões; proceder estudos e pesquisas na legislação, na jurisprudência e na doutrina com vistas à instrução a qualquer expediente administrativo que verse sobre matéria jurídica; estudar e minutar contratos, editais e outros documentos que envolvam conhecimento e interpretação jurídica.

**Requisitos para provimento:**

- 1- Diploma de Bacharel em Direito, devidamente registrado e expedido por estabelecimento oficial ou reconhecido oficialmente.
- 2- Registro na OAB - Ordem dos Advogados do Brasil (possuir carteira de Advogado sem impedimentos).